

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ENGENHARIAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA PRONERA

MARGARIDA MARIA DA SILVA

SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA: IMPACTOS DO PLANO
NACIONAL “PLANTAR ÁRVORES, PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS”

MACEIÓ-AL
2024

MARGARIDA MARIA DA SILVA

**SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA: IMPACTOS DO PLANO
NACIONAL “PLANTAR ÁRVORES, PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Alagoas (Ufal) como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharela em Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ricardo
Vasconcelos da Silva.

Maceió - AL
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Campus de Engenharias e Ciências Agrárias
Bibliotecário Responsável: Erisson Rodrigues de Santana - CRB4 - 1512

S586s Silva, Margarida Maria da.

Sustentabilidade e resiliência comunitária: impactos do plano nacional “plantar árvores, produzir alimentos saudáveis”. / Margarida Maria da Silva. – 2024.

24 f.: il.

Orientador(a): Rafael Ricardo Vasconcelos da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agroecologia - PRONERA) – Graduação em Agroecologia - PRONERA, Campus de Engenharias e Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas. Rio Largo, 2024.

Inclui bibliografia

1. Agroecologia. 2. Reforma agrária. 3. Sustentabilidade. 4. Resiliência comunitária.
5. Políticas públicas. I. Título.

Folha de Aprovação

MARGARIDA MARIA DA SILVA

SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA: IMPACTOS DO PLANO NACIONAL “PLANTAR ÁRVORES, PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS”

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus de Engenharias e Ciências Agrárias - CECA, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel(a) em Agroecologia.

Data de Aprovação: 04 de dezembro 2024. Banca

Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL RICARDO VASCONCELOS DA SILVA**
Data: 26/12/2024 10:41:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Dr. Rafael Ricardo Vasconcelos da Silva – CECA/UFAL

Documento assinado digitalmente
 **REGLA TOUJAGUEZ LA ROSA MASSAHUD**
Data: 26/12/2024 23:17:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador Interno: Dra. Regla Toujaguez la Rosa Massahud – CECA/UFAL

Documento assinado digitalmente
 **RAMON SALGUEIRO CRUZ**
Data: 27/12/2024 05:36:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador Externo: MSc. Ramón Salgueiro Cruz – IMA/AL

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter permitido chegar até o presente momento — sem ele não teria sido possível.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por todo apoio e incentivo, por me proporcionar a oportunidade de estudar, tornando um sonho em realidade.

Ao meu orientador e coordenador da turma do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (Pronera), Rafael Ricardo Vasconcelos da Silva, pelo compromisso, por toda a paciência, a compreensão e a contribuição à pesquisa.

Agradeço também aos meus familiares e amigos, em especial ao meu esposo, Jossan, e aos meus filhos, que durante todo o período do curso me deram total incentivo, além de estarem sempre presentes e apoiando meus objetivos — neste caso em específico, a conclusão do curso.

RESUMO

O presente trabalho avalia os impactos do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no fortalecimento da sustentabilidade agroambiental e na resiliência comunitária de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, com foco no Assentamento Milton Santos, em Atalaia, Alagoas. Por meio do método de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com a aplicação da ferramenta matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), foram identificados os principais desafios e potencialidades para a implementação do plano. Os resultados evidenciaram a necessidade de assistência técnica, acesso ampliado a políticas públicas e capacitação para a produção de mudas, ao mesmo tempo em que destacam a importância da união comunitária, da posse da terra e das práticas agroecológicas como ferramentas de enfrentamento à crise ambiental. O estudo indica que a articulação entre saberes locais e suporte institucional é indispensável para consolidar o plano como estratégia sustentável e resiliente.

Palavras-chave: Agroecologia; sustentabilidade; Reforma Agrária; resiliência comunitária; políticas públicas.

ABSTRACT

This study examines the impacts of the National Plan “Plant Trees, Produce Healthy Food,” promoted by the Landless Workers’ Movement (MST), in strengthening agro-environmental and resilience in Agrarian Reform settlements and camps, focusing on Milton Santos Settlement, in Atalaia, Alagoas. Using the Rapid Participatory Diagnosis (RPD) methodology and the SWOT matrix (Strengths, Opportunities, Weaknesses, and Threats), the main challenges and potentialities for implementation of the plan were identified. The results highlight the lack of technical assistance, expanded access to public policies, and training for seedling production, while emphasizes the importance of communitary reunion, land ownership, and agroecological practices as tools to address the environmental crisis. The study indicates that integrating local knowledge with institutional support as essential to establish the plan as a sustainable and resilience strategy.

Keywords: Agroecology; sustainability; Agrarian Reform; community resilience; public policies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	JUSTIFICATIVA	10
3	OBJETIVOS.....	12
3.1	Geral	12
3.2	Específicos.....	12
4	MATERIAIS E MÉTODOS.....	13
4.1	Área de estudo	13
4.2	Coleta de dados.....	14
4.3	Análise de dados	15
5	RESULTADOS.....	17
5.1	Oficina no Seminário Estadual do MST.....	17
5.2	Oficina no Assentamento Milton Santos, Atalaia, Alagoas	19
6	DISCUSSÃO	22
7	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto histórico das contradições do capital no modelo de agricultura para o campo, despontam alguns desafios na construção de novo modelo para a agricultura no Brasil. O capital atravessa uma crise estrutural e contradições no modelo capitalista, que são várias crises — social, econômica e ambiental —, uma delas sendo o próprio modo de produção.

Dados de 2020 do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) revelam a situação em que se encontra a espécie humana, no que diz respeito à aceleração da destruição dos bens da natureza, a exemplo da biodiversidade. Esse quadro tem acarretado consequências da crise ambiental, com eventos climáticos extremos, tendo entre as mais passíveis observações frequente as secas extremas, as chuvas intensas, a extinção de espécies locais. Podemos citar os casos dos estados de Alagoas (AL), Maranhão (MA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Rio Grande do Sul (RS), bem como de tantos outros, que enfrentaram secas e enchentes, além das queimadas no pantanal — essas consequências da crise ambiental e social afetam de forma mais dramática aos mais pobres (Schons, 2009).

Publicado em 2022, o relatório do IPCC já alertava sobre os impactos desiguais da crise, pondo o Brasil entre os países mais vulneráveis.

O enfrentamento da crise ambiental brasileira está diretamente relacionado à questão agrária no país. A Reforma Agrária Popular é uma proposta de movimentos sociais para democratizar o acesso à terra e a produção de alimentos saudáveis (Holler, 2021), apresentando-se como possibilidade de mitigar a crise ambiental.

Com avanço do agronegócio no campo, a partir da concentração de terras, observamos a expansão da fronteira agrícola para a produção de *commodities* e da mercantilização e financeirização dos bens naturais — esse modo de produção capitalista com o agronegócio no campo. Frente a tal cenário, em 2020 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lança o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, com a meta inicial de 100 milhões de árvores plantadas em todos os biomas do país no prazo de dez anos. O plano Nacional realiza a recuperação ambiental e, ao mesmo tempo, combate a fome através do plantio de árvores nativas e frutíferas com produção agroecológica.

Os povos indígenas são reconhecidos historicamente por suas práticas de manejo com baixo impacto no meio ambiente e que promovem o aumento da diversidade. (Dourado, 2016 p. 15).

O MST sempre lutou pela democratização da terra junto aos camponeses e, ao longo de seus 40 anos de história, sempre se preocupou com o meio ambiente e bens da natureza,

preservando-os com várias iniciativas, como ações de reflorestamento, recuperação de área degradada e quintais produtivos, sistemas agroflorestais, dentre outras.

Como parte do enfrentamento à crise ambiental e climática, temos a Reforma Agrária Popular para o desenvolvimento sustentável (Stedile, 2024), enquanto alternativa à crise ambiental e climática, e o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, a busca por saídas para a crise ambiental, social e econômica. Esse plano nasce com o objetivo de enfrentar a crise, denunciar o modo de produção capitalista e anunciar a Reforma Agrária popular para enfrentamento da crise ambiental, social e econômica com a produção agroecológica de alimentos saudáveis, promovendo segurança alimentar e sustentabilidade ambiental com a qualidade de vida de camponeses, assentados e acampados da Reforma Agrária.

O Plano Nacional pode impactar positivamente frente aos resultados da crise ambiental, recuperando áreas degradadas e nascentes de rios em territórios de Reforma Agrária, realizando ações e iniciativas de doações de mudas, fazendo bosques nos assentamentos e arborizando praças nas cidades onde estão organizados aqueles territórios. Para o sucesso das atividades de reflorestamento é fundamental priorizar espécies nativas da região, garantindo a restauração da biodiversidade local e a funcionalidade do ecossistema.

O plano pode ainda contribuir com a prática sustentável e a resiliência ambiental, de modo que, junto à Reforma Agrária popular, pode promover os assentamentos de “Pensar os ciclos, as entradas e saídas dos sistemas é se preocupar com a sustentabilidade e a permanência do ser humano em um ambiente saudável” (Rezende, 2017, p. 10).

O cultivo de plantas inclui espécies de ciclo curto, como estamos acostumados a ver, tais como arroz, feijão, verduras e legumes; mas inclui também plantas que possuem um ciclo de vida mais longo, tais como as árvores (Dourado, 2016).

Para que o plano nacional possa ser implementado, é necessária a elaboração de um planejamento participativo de estudo das percepções dos assentados sobre a crise ambiental e climática em curso.

Com a implementação do plano passa a ser necessário trabalho participativo, podendo, desse modo, aumentar as chances das pessoas se envolverem na recuperação ambiental em área degradada, preservarem a biodiversidade produzindo alimentos saudáveis nos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária e promoverem qualidade de vida com produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, especificamente no Milton Santos, localizado no município de Atalaia, Alagoas, a partir de um planejamento realizado em conjunto com os assentados.

2 JUSTIFICATIVA

Frente ao cenário de crise ambiental e de falsas soluções apresentadas pelo capital, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra lança o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, prepara um conjunto de ações em resposta popular para a sociedade, no tocante à questão ambiental, em contraponto às falsas soluções capitalistas baseadas na financeirização da natureza. Como parte do enfrentamento da crise ambiental e climática, temos a Reforma Agrária Popular para o desenvolvimento sustentável (Stedile, 2024). A agricultura familiar cumpre um papel importante preservando agrobiodiversidade e plantando árvores (Dourado, 2016).

Já a Reforma Agrária Popular se apresenta cumprindo o papel de recuperar o meio ambiente e desenvolver a qualidade de vida dos assentados e toda a sociedade (Rezende, 2017). Há necessidade de estudos que atendam as demandas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2), da Organização das Nações Unidas (ONU): acabar com a fome, o ODS 15: direcionado à promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres e à gestão sustentável das florestas, evitando a desertificação e a perda da biodiversidade. Essas ações contribuirão na atenção de outras ODS, como a erradicação da pobreza (ODS 1).

O Plano Nacional foi lançado em 2020 — no período crítico da crise climática e ambiental —, tendo como meta inicial o plantio de 100 milhões de árvores em dez anos, a recuperação de áreas degradadas por meio de implantação de sistemas agroflorestais, quintais produtivos, a recuperação da complexidade ecológica dos diferentes biomas brasileiros, o fomento de práticas de manejo que prezam pela produção de alimentos saudáveis em equilíbrio com a natureza, a partir da agroecologia.

Além disso, apresenta entre seus objetivos a denúncia do modo de produção capitalista, sobretudo com a destruição ambiental causada pelas ações do capital e do agronegócio no campo, bem como anuncia a Reforma Agrária popular como parte da solução para a crise ambiental, respeitando os saberes e as práticas das comunidades rurais, dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e agricultores familiares. Segundo a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa, 2019), essas comunidades indígenas e tradicionais protegem polinizadores em suas florestas, lavouras e campos, trazendo múltiplos benefícios culturais ecológicos, econômicos e de qualidade de vida, seja local ou globalmente.

Assim, o trabalho ora apresentado justifica-se pela necessidade de elaborar diagnóstico que sirva de base para o planejamento participativo de reflorestamento no Assentamento Milton

Santos, considerando características ambientais, necessidades dos assentados e objetivos de conservação e produção agrícola e agroecológica.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Conhecer os efeitos do *Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis*, promovido pelo MST, em Assentamentos, dentre os quais o assentamento Milton Santos, e acampamentos, considerando suas influências na sustentabilidade agroambiental e na resiliência comunitária diante das mudanças climáticas.

3.1 Específicos

1. Identificar as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças para a implementação do plano;
2. Avaliar as percepções dos assentados da Reforma Agrária sobre o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis;
3. Elaborar um diagnóstico que sirva de base para o planejamento participativo de reflorestamentos no contexto dos assentamentos e acampamentos do município de Atalaia (AL).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Área de estudo

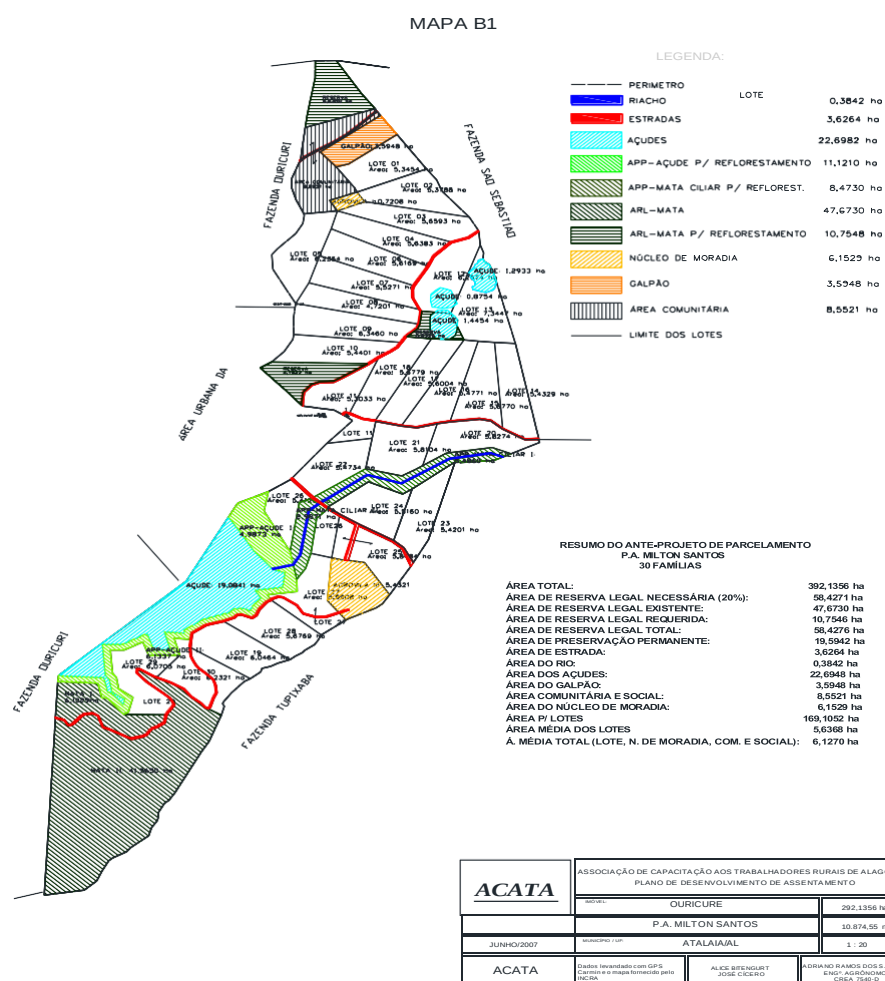
O presente trabalho tem como área de estudo o município de Atalaia, localizado na região metropolitana de Alagoas, Brasil.

Situada a aproximadamente 49 km de Maceió, capital do estado, Atalaia se destaca por sua rica história, cultura e relevância econômica em Alagoas. O município ocupa posição estratégica, sendo caracterizado por uma diversidade ambiental e socioeconômica. Saindo de Maceió pela BR-316 e percorrendo uma distância de 49 km em direção à Atalaia, 15 km depois desta cidade, encontra-se à esquerda, por estrada afastada, em regular estado de trafegabilidade, que dá acesso à antiga usina Ouricuri, depois de percorridos 09 km chegando, assim, ao imóvel — totalizando 73 km da capital do estado.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) em 2022, a população de Atalaia era de 37.512 habitantes e a densidade demográfica de 70,34 habitantes/km², sua área corresponde a 533,258 km² e o clima predominante é tropical quente úmido (IBGE, 2021). Encontra-se a 54m acima do nível do mar, localizado no bioma predominante mata atlântica.

plano desenvolvimento do assentamento (PDA) projeto de assentamento (P.A).

FIGURA 1 – Acata (2007)



Fonte: reproduzido de Acata (2007).

O assentamento Milton Santos tem 27 (vinte e sete) anos, entre acampamento e assentamento, de modo que as terras que o constituem pertenciam à antiga Usina Ouricuri, servindo apenas para a produção de monocultura de cana-de-açúcar. A ocupação dessas terras se deu por 1.400 famílias participantes do MST, sendo que parte delas trabalhava na referida Usina, enquanto as demais, de municípios vizinhos, eram constituídas por trabalhadores que tiveram negado o direito à terra.

Hoje o assentamento produz uma diversidade de alimentos saudáveis, parte deles direcionada para a subsistência das famílias que ali vivem; o excedente vendido em feiras livres, feiras agrárias, programas governamentais — como o Programa de aquisição de alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ao todo, são 30 famílias assentadas, com a área total do assentamento cobrindo 300 hectares, com 20% dessa (aproximadamente 60 hectares) destinados à Área de Reserva Legal (ARL), 19,5924 hectares

à Área Preservação Permanente (APP) e o restante da área dividido em 30 lotes de produção, de aproximadamente 5,5 hectares por família, áreas coletivas ou comunitárias. O assentamento tem duas agrovilas a agrovila 1, com 8 casas, e agrovila 2, com 16 casas; as demais nos lotes.

4.2 Coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada em dois momentos principais. O primeiro ocorreu durante um seminário estadual com acampados e assentados da Reforma Agrária, enquanto o segundo se deu em uma oficina local no Assentamento Milton Santos, no município de Atalaia/Al. Em ambas as ocasiões, utilizou-se a metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com foco na matriz Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), conforme os procedimentos descritos por Kummer e Silveira (2007).

Essa abordagem visou apoiar o planejamento estratégico, promovendo análises internas (fortalezas e fraquezas) e externas (oportunidades e ameaças) no contexto socioambiental das comunidades envolvidas. Cabe destacar que, em ambas as oficinas, os participantes foram informados sobre o objetivo da pesquisa e convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual ressaltava que as informações fornecidas seriam mantidas em sigilo, conforme modelo submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

No Seminário Estadual os trabalhos foram realizados em grupos, com discussões orientadas por perguntas específicas sobre a implementação do Plano Nacional de Plantio de Árvores e Produção de Alimentos Saudáveis. Os grupos analisaram as forças e fraquezas internas dos assentamentos e acampamentos, bem como as oportunidades e ameaças externas. Após as discussões em grupo, os resultados foram compartilhados em plenária, onde os participantes debateram e destacaram a relevância do plano para recuperação ambiental e resiliência comunitária.

A oficina seguiu estrutura semelhante no Assentamento Milton Santos, porém com maior detalhamento. Foram utilizadas quatro cartolinas para organizar a matriz FOFA, facilitando a identificação dos aspectos internos e externos relacionados ao plantio de mudas e à produção sustentável de alimentos. A técnica de “Tempestade de ideias” (*brainstorming*), descrita por Bacelar (2009), foi aplicada para estimular contribuições diversificadas dos participantes. Após consenso inicial, utilizou-se a técnica de “releitura”, que permitiu revisar e complementar os pontos discutidos, garantindo maior profundidade e precisão aos dados coletados.

As perguntas orientadoras abordaram temas como o uso de espécies arbóreas no assentamento, as práticas agrícolas sustentáveis e o potencial do plano nacional para contribuir com a resiliência comunitária e a preservação ambiental.

4.3. Análise dos dados

Durante as oficinas, a análise dos dados foi feita de forma participativa e simultânea à coleta, sendo posteriormente sistematizada e organizada em matrizes qualitativas para melhor interpretação. Esse processo possibilitou a compreensão detalhada dos obstáculos enfrentados para implantação do Plano Nacional, das percepções comunitárias sobre práticas sustentáveis, além de fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade e à agricultura familiar

FIGURA 2 – Registro do seminário no Centro de Formação Zumbi dos Palmares, Atalaia, Alagoas, em 10 out. 2024



Fonte: acervo pessoal da autora (2024).

FIGURA 3 – Registro da oficina FOFA, no Assentamento Milton Santos, Atalaia, Alagoas, em 26 out. 2024



Fonte: acervo pessoal da autora (2024).

5 RESULTADOS

Foi observada a necessidade de extensão rural ampla, que atenda em massa aos assentados da Reforma Agrária para melhores implementação e acompanhamento do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis.

As políticas públicas realizadas por estados e município poderão contribuir no aumento paulatino dessa assistência técnica tão crucial para o cumprimento das metas globais e locais de desenvolvimento sustentável. O estudo contou com duas oficinas realizadas em contextos distintos, cujos resultados são apresentados a seguir.

5.1 Oficina no Seminário do MST

A primeira oficina ocorreu no seminário estadual do MST, no Centro de Formação Zumbi dos Palmares, com a participação de 52 pessoas, oriundas de 10 acampamentos e 16 assentamentos da Reforma Agrária, sendo 35 homens e 17 mulheres. Essa etapa foi essencial para identificar 14 fortalezas, 8 fraquezas, 6 oportunidades e 7 ameaças relacionadas à implementação do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis (Quadro 1).

QUADRO 1 – Fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças discutidas na oficina FOFA, no Centro de Formação Zumbi dos Palmares, Atalaia, Alagoas, em 10 out. 2024

Fortalezas	Fraquezas
- Terra - Produção - Trabalho - Trilha ecológica - Viveiro de mudas - Quintais produtivos - Feiras - Apicultura - Cooperativas - Associações - Escolas nos Acampamentos assentamentos - Pronera - União entre os assentados - MST referência de luta	- Falta de assistência técnica - Pouco jovem - Falta de água para irrigação - Venda e arrendamentos - Desmatamento pessoas de fora - Uso de veneno por alguns - Monocultura - Falta de políticas públicas

Oportunidades	Ameaças
- Beneficiamento dos produtos - Agroindústria - Emater, assistência técnica. - IMA, fiscalizar, doar mudas, políticas públicas. - Universidades desenvolver pesquisa para melhorar a produção	- Compradores de lotes - Desmatamento nas reservas - Queimadas - Influência externa - Município - Incra - Extração de bens naturais.

Fonte: elaborado pela autora com dados da pesquisa (2024).

Os assentados e acampados participantes da primeira oficina destacaram as fortalezas: a terra, como espaço para produção de geração de trabalho e renda para quem vive nos assentamentos e acampamentos, tendo o MST como referência de organização e luta por direitos. Trilha ecológica como explorar o turismo rural; viveiro de mudas para ampliar a produção de mudas e reflorestar as áreas degradadas; os quintais produtivos como espaço de produção de alimentos saudáveis; as agroflorestas preservando o meio ambiente; produção de alimentos diversificados para a comercialização em feiras livres; o artesanato produzido por jovens e mulheres; apicultura nas áreas de reservas para produção e comercialização de mel; uso sustentável das plantas como o uso da batata do umbu; e os poucos técnicos que ainda temos nas nossas áreas, cooperativas e associações como instrumentos importantes da organização e comercialização da produção. Além da escola no campo no combater os analfabetismos e do Pronera, enquanto programa importante na Reforma Agrária.

União entre os assentados na busca pelos seus direitos, as lutas como instrumento de garantia de direito e de denúncia, trabalho coletivo entre os assentados, escolas nos assentamentos e acampamentos, cursos de formação política promovido pelo(s) MST/movimentos sociais, coletas de sementes frutíferas e nativas para os viveiros do plano e no combate a crise ambiental e garantia da soberania alimentar dos camponeses. As feiras da Reforma Agrária como espaço de comercialização, mas principalmente de diálogo com a sociedade que a luta pela terra e pela Reforma Agrária popular e para garantir alimentos saudáveis a preços justos na mesa dos brasileiros/as — bem como para combater a crise ambiental e defender os bens da natureza, com a garantia da soberania alimentar dos povos, máquinas agrícolas para avançar na produção, estruturas casa de farinha, casa de macaxeira a vácuo, preferência por árvores frutíferas.

As fraquezas encontradas consistiram em: sistematizar o plantio de mudas; poucos técnicos e pessoas capacitadas para a produção de mudas de qualidades; poucas de pessoas para coletar sementes e selecionar espécies ou matrizes de boa qualidade; preferência por árvores

frutíferas; falta de organicidade povo envelhecido; poucas pessoas com conhecimentos de fazer agroflorestal; poucos jovens no campo para a sucessão rural, para que os jovens continuem no campo, pequenas agroindústrias poderiam contribuir para que permanecem no assentamento; falta de água para irrigar as mudas; vendas de lotes nos assentamentos; desmatamento nas áreas de reserva; uso de veneno por alguns assentados que compraram lotes; animais nas áreas de reservas e nas APPs; falta de assistência técnica, assentados irregulares; e burocracia pra acessar as políticas — a exemplo do Pronaf —, participação de alguns na luta, por falta de compromisso por parte de alguns assentados e acampados, analfabetismo no assentamento, monocultura de algumas cultivares, mandioca, milho, banana, pecuária, etc.

Oportunidades de encontrar parcerias, com universidades, Institutos Federais, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), feiras livres, trocas de experiências com estudantes, movimentos sociais, sindical, estudantil, partidos políticos, governo estadual, governo federal, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), municípios, Instituto do Meio Ambiente (IMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Serviço Nacional da Indústria (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para certificação orgânica, Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (Emater) e secretarias das agriculturas.

Ameaças identificadas pelos assentados e acampados seriam: a gestão municipal quando disputa a nossa base; o Incra, que vai aos assentamentos dividir os assentados, não fiscaliza as vendas de lotes; fazendeiros vizinhos desmatando as Áreas de Reservas do assentamento; queimadas de fazendeiros vizinhos; influência de terceiros políticos de direita; extração de areia nas nossas áreas, invasão nas áreas de reservas; crise ambiental e climática, com secas prolongadas.

5.2 Oficina no Assentamento Milton Santos, Atalaia, Alagoas

A segunda oficina foi realizada no Assentamento Milton Santos, em Atalaia/AL, com 15 participantes (8 homens e 7 mulheres), utilizando a mesma abordagem metodológica. Nessa ocasião, foram identificadas 7 fortalezas, 8 fraquezas, 5 oportunidades e 5 ameaças, permitindo um diagnóstico mais específico das dinâmicas locais (Quadro 2).

QUADRO 2 – Fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças discutidas na oficina FOFA, no Assentamento Milton Santos, Atalaia, Alagoas, em 26 out. 2024

Fortalezas	Fraquezas
- Posse da terra - Renda das árvores (venda de frutas) - Cultura de trabalho e produção - Reserva legal de 60 ha, fonte de recursos (lenha, alimentos, ect) - Produção de mudas em alguns lotes - União dos assentados - Trabalho familiar	- Lotes pequenos - Retirada dos recursos por pessoas não autorizadas - Falta de água - Descumprimento da legislação (APP) - Venda de lotes - Falta de oportunidades para juventude - Falta mudas e viveiro comunitário - Ocorrência de pragas e doenças (fungos, mosca das frutas) - Falta de recursos e acesso a financiamentos
Oportunidades	Ameaças
- Beneficiamento da produção (ex. produção de polpas) - Geração de novos produtos e mercados (sementes, mudas, subprodutos, etc) - Articulação com órgãos que financiam projetos de irrigação (ex. CODEVASF) - Buscar políticas públicas baseada em estudos científicos. - Buscar o IMA/AL, para acessar o PSA, projetos de compensação ambiental.	- Queimadas (fogo vindo de áreas vizinhas) - Conflitos entre pecuaristas e agricultores (fogo) - Compradores/arrendatários de terra (não estão comprometidos com projetos de vida) - Falta de atuação e de apoio da Prefeitura Municipal. - Falta de ATER e sucateamento da EMATER, INCRA, SENAR.

Fonte: elaborada pela autora com dados da pesquisa (2024).

Os participantes destacaram seis principais fortalezas, incluindo a posse da terra, a cultura de trabalho e produção, e a união dos assentados, o que reflete a coesão social e a capacidade de autogestão. A presença de uma Área de Reserva Legal de 60 hectares, que serve como fonte de recursos (lenha, alimentos), aponta para um reconhecimento dos participantes acerca da conexão entre a segurança fundiária e a sustentabilidade local. A produção de mudas em alguns lotes foi por eles entendida como uma contribuição para a renovação ecológica e a autonomia alimentar dos assentados, reforçando a importância da autossuficiência como pilar da agroecologia.

Entre as fraquezas identificadas, surgiram questões estruturais e sociais como a falta de água — que, segundo os participantes, impacta diretamente a sustentabilidade de qualquer projeto no Assentamento, em especial a produção agrícola e/ou silvicultural (plantio de mudas). Outras limitações incluíram a falta de viveiro comunitário e o descumprimento de legislações

ambientais, o que os participantes relacionaram à falta de fiscalização ou acesso a informações e recursos. A vulnerabilidade da área a pragas e doenças, como fungos e a mosca -das-frutas, expõe a necessidade de técnicas agroecológicas e assistência técnica rural (Ater), que são fundamentais para reduzir os riscos de perda de produção.

A oficina também revelou oportunidades para diversificação e fortalecimento das atividades locais, como o beneficiamento de produtos (ex.: produção de polpas a partir das frutas colhidas nas árvores que serão plantadas) e a geração de renda e de novos mercados para sementes, mudas e subprodutos das árvores. A articulação com órgãos de apoio, como a Emater e o IMA/AL, foi vista pelos participantes como essencial para acessar programas de financiamento e produção de mudas, sinalizando o interesse dos participantes em expandir as iniciativas agroecológicas com apoio externo. Além disso, a possibilidade de buscar financiamento com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para projetos de irrigação é estratégica frente à escassez de água, uma fraqueza mencionada anteriormente.

As ameaças percebidas pelos assentados refletem tanto fatores externos quanto internos, com destaque para as queimadas provenientes de áreas vizinhas e os conflitos com pecuaristas, que afetam a integridade ambiental da região. Outras preocupações relevantes são a falta de apoio da Prefeitura Municipal e o sucateamento da Emater, que, segundo os participantes, reduzem o acesso a políticas públicas e tecnologias de produção. A presença de compradores ou arrendatários de terra que não se comprometem com os projetos comunitários também foi representada como um risco para a coesão social e a continuidade das práticas agroecológicas e voltadas para sustentabilidade.

6 DISCUSSÃO

No contexto mais amplo abordado na primeira oficina, foi possível traçar um panorama estadual que relaciona os pontos fortes e fracos associados à implementação do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis. Os resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas, assistência técnica e extensão rural especializada e ampla em massa aos assentados da Reforma Agrária para melhor implementar e para o acompanhamento do referido Plano Nacional, para o acompanhamento e a sistematização das ações realizadas pelos assentados. Além do acesso mais eficaz às políticas públicas por estado e município, poderão contribuir no aumento paulatino da assistência técnica, tão crucial para o cumprimento das metas globais e locais de desenvolvimento sustentável. A terra foi destacada como recurso essencial tanto para a recuperação ambiental quanto para a produção de alimentos, desempenhando papel estratégico no combate à fome. Também foi apontada a carência de pessoal qualificado para capacitar os assentados na produção de mudas nos viveiros, reforçando a importância de investimentos em formação técnica e infraestrutura.

A análise dos resultados da segunda oficina revelou, de forma mais detalhada, um panorama onde a autonomia dos assentados se apoia fortemente no apoio externo para garantir a continuidade e a sustentabilidade das práticas agroecológicas. Essa dinâmica se alinha com o conceito de agroecologia emancipatória, que, segundo Altieri e Nicholls (2000), busca a autonomia dos agricultores, ao reduzir a dependência de insumos externos e maximizar a resiliência local. A presença de fortalezas, como a posse da terra e a união comunitária, demonstra o papel central da agroecologia como ferramenta de resistência e de afirmação dos direitos territoriais, elementos fundamentais para a construção da autossuficiência nas práticas agrícolas comunitárias (Guzmán; Molina, 1993).

No entanto, as oficinas destacaram vulnerabilidades — como a escassez de água e o controle de pragas, problemas recorrentes em assentamentos rurais e que demandam apoio governamental e institucional. Nesse sentido, a literatura aponta que a sustentabilidade das práticas agroecológicas em comunidades rurais depende não apenas de uma organização social forte, mas também de políticas públicas de apoio que ofereçam condições mínimas para o desenvolvimento das atividades agrícolas (Caporal; Costabeber, 2007). A ausência de recursos técnicos, como irrigação e assistência técnica para o manejo de pragas, limita a capacidade dos assentados de enfrentar ameaças ambientais, o que torna a intervenção governamental essencial para promover a sustentabilidade e evitar o abandono de práticas agroecológicas em favor de

alternativas menos sustentáveis e dependentes de insumos convencionais (Caporal; Costabeber, 2002).

Cabe ainda destacar que oficina FOFA, enquanto metodologia participativa, revelou-se capaz de promover a construção coletiva de um diagnóstico das realidades locais e para a avaliação das condições socioambientais dos participantes. Ponto salientado também por Paulo Freire (1974), que afirma que o diálogo e a participação ativa dos sujeitos são fundamentais para o desenvolvimento da consciência crítica. Kummer (2007) complementa, ao afirmar que essas oficinas promovem o engajamento coletivo e facilitam a elaboração de estratégias contextualizadas, voltadas para a sustentabilidade e para o desenvolvimento comunitário. A aplicação da técnica de *brainstorming* e a etapa de releitura durante a segunda oficina demonstraram que o envolvimento dos assentados permitiu identificar com clareza as áreas prioritárias para intervenção, proporcionando um espaço de troca de saberes e de fortalecimento da coesão social.

Nesse contexto, o estudo ajudou a revelar que o Assentamento Milton Santos possui potencial notável para implementação do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, que por sua vez pode impulsionar o Assentamento a se tornar um modelo de agroecologia sustentável. No entanto, a sustentabilidade plena das práticas silviculturais e agroecológicas exige infraestrutura adequada e suporte técnico para responder aos desafios locais, como a pressão de queimadas e o conflito com pecuaristas. Segundo Costabeber e Moyano (2000), o sucesso das práticas agroecológicas depende da articulação entre os saberes locais e o conhecimento técnico-científico, com políticas que reforcem essa interação.

Essa experiência sugere que o MST e o assentamento Milton Santos, ao incorporarem os objetivos e metas do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, estabelecem sólida base para o desenvolvimento de uma agroecologia que transcende a produção agrícola e contribui para a organização social e para a soberania alimentar. No entanto, para fortalecê-la, é necessário que investimentos sejam direcionados à infraestrutura, com foco em tecnologias de irrigação e sistemas de controle de pragas ecologicamente sustentáveis, bem como na implementação de parcerias com órgãos públicos e privados, em especial a Emater e a Codevasf, para fornecer os insumos necessários. Esse suporte externo, conforme Caporal e Costabeber (2007), é indispensável para assegurar a resiliência das comunidades agroecológicas, pois elas enfrentam um contexto socioeconômico e ambiental que exige tanto a adaptação local quanto o apoio estrutural para enfrentar as adversidades.

7 CONCLUSÃO

A ferramenta FOFA permitiu identificar pontos críticos que demandam intervenção, como a falta de assistência técnica, a escassez de água e a necessidade de capacitação para a produção de mudas. Ao mesmo tempo que fortalezas como a união comunitária, a posse da terra e a cultura de trabalho foram destacadas como pilares para a implementação bem-sucedida do Plano.

Verificou-se ainda que alguns fatores são fundamentais para superação das fraquezas e mitigação das ameaças identificadas, com destaque para a articulação com instituições públicas e privadas, o fortalecimento das políticas públicas e o investimento em infraestrutura. Cabe ressaltar que o envolvimento ativo dos assentados na elaboração e execução do plano representa fator preponderante de uma abordagem participativa, alinhada aos princípios da agroecologia e à valorização dos saberes locais.

Conclui-se que, para implementar o plano como estratégia efetiva no enfrentamento da crise ambiental, social e econômica, é indispensável promover a integração entre práticas agroecológicas, conhecimentos técnico-científicos e suporte institucional. Dessa forma será possível avançar na recuperação ambiental, garantir a soberania alimentar e fortalecer a qualidade de vida das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. México: Pnuma, 2000.

ASSOCIAÇÃO DE CAPACITAÇÃO E APOIO AOS TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (ACATA). **Plano desenvolvimento de assentamento: PDA 2007**. [S.I.]: Acata, 2007.

BATAIER, C. Líder do MST, João Pedro Stédile fala sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável em seminário na FESPSP. **Brasil de Fato**, São Paulo (SP), 25 out. 2024, 8:29. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/25/lider-do-mst-joao-pedro-stedile-fala-sobre-reforma-agraria-e-desenvolvimento-sustentavel-em-seminario-na-fespsp>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 2. ed. Brasília: MDA;SAF;DATER-IICA, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, jul./set. 2002.

CONGRESSO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE JUSTIÇA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE MEDIANIZADO PELA ECONOMIA VERDE, 16., Poços de Caldas, MG, 2019. **Anais...** Poços de Caldas, MG: [s.e.], set. 2019.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 50- 60, out./dez. 2000.

DANIELI, R.S.F.; DANIELI, D.O. Uso dos recursos hídricos em assentamentos de reforma agrária: o caso do Assentamento Margarida Alves – Mirassol D'Oeste – MT. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA –JORNADA ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, 3., Presidente Prudente, 2005. **Anais...** Presidente Prudente: [s.d.], 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Daniela%20de%20Oliveira%20Danieli.pdf>. Acesso: ago. 20--.

DANTAS, C. Relatório do IPCC faz alerta sobre impacto desigual da crise do clima e põe Brasil entre vulneráveis; veja 5 pontos. **Portal G1**, 1 mar. 2022, 5h00. Atualizado há 2 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2022/03/01/relatorio-do-ipcc-faz-alerta-sobre-impacto-desigual-da-crise-do-clima-e-poe-brasil-entre-vulneraveis-veja-5-pontos.ghtml>.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). **Comunidades tradicionais contribuem para o meio ambiente global**. [S.l.]: Embrapa, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de (Ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: La Piqueta, 1993.

HOELLER, S. C.; FAGUNDES, M.; VERGARA, É. M. Caminhos da reforma agrária popular agroecológica. **Research, society and development**, v. 10, n. 6, 2021.

KUMMER, D. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. A importância da Matriz SWOT (FOFA) no contexto dos planos estratégicos de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. **Jovens Pesquisadores**, v. 6, n. 1, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/7250>. Acesso em: 23 nov. 2024.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar, conceitos ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 17 objetivos para transformar o nosso mundo. [S.l.]: ONU, [s.d.].

SCHONS, S. M. **A questão ambiental e a condição da pobreza**. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).